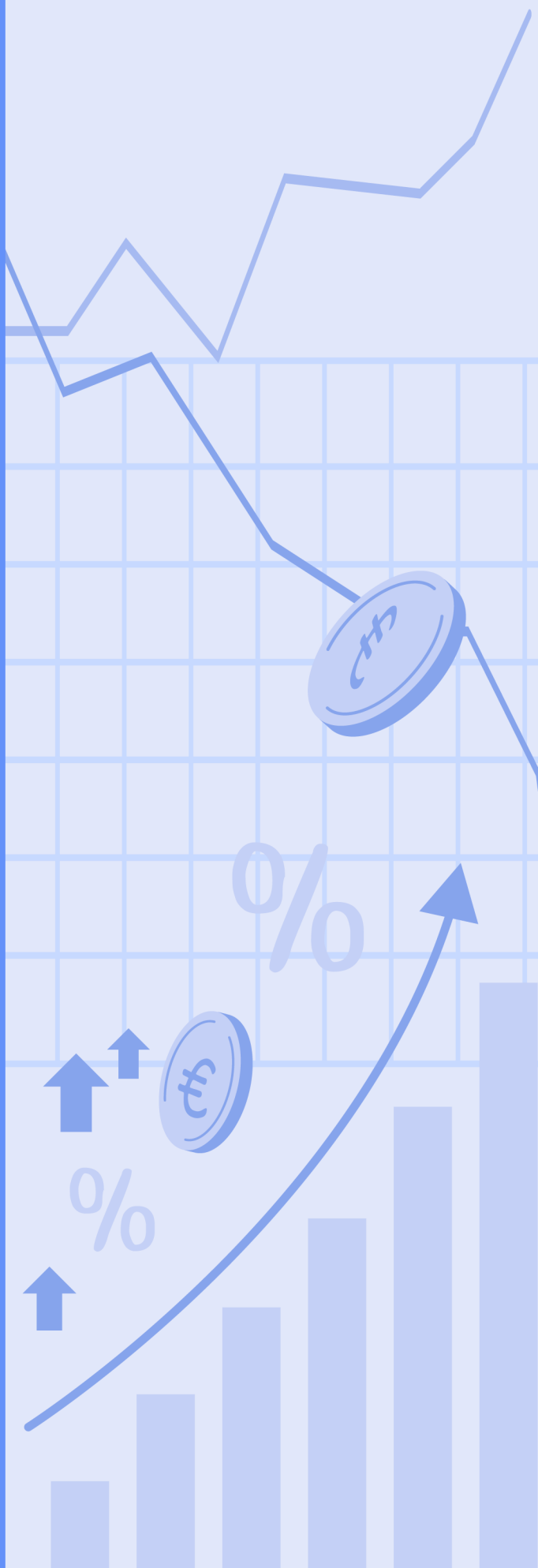
Confederação Empresarial de Portugal

Boletim de Conjuntura Económica

N.º2 | 2.º trimestre 2026



PESSOAS 2030
PORTUGAL 2030
Cofinanciado pela União Europeia

Boletim de Conjuntura Económica n.º 2

O 2.º trimestre de 2026 ficou marcado por uma aceleração da atividade económica, com o PIB a crescer acima do registado no trimestre anterior.

Esta evolução refletiu sobretudo o maior dinamismo das exportações e a aceleração do consumo privado, num contexto em que o mercado de trabalho se manteve resiliente, embora o investimento tenha registado uma retração.

Apesar do desempenho mais favorável da economia portuguesa, o enquadramento externo permanece adverso e incerto, condicionado pela evolução do conflito no Médio Oriente e pelos seus impactos nos preços da energia e das matérias-primas e pelo aumento das taxas de juro, mantendo elevados os desafios para a competitividade das empresas.

1 Enquadramento Externo

2 Conjuntura Interna

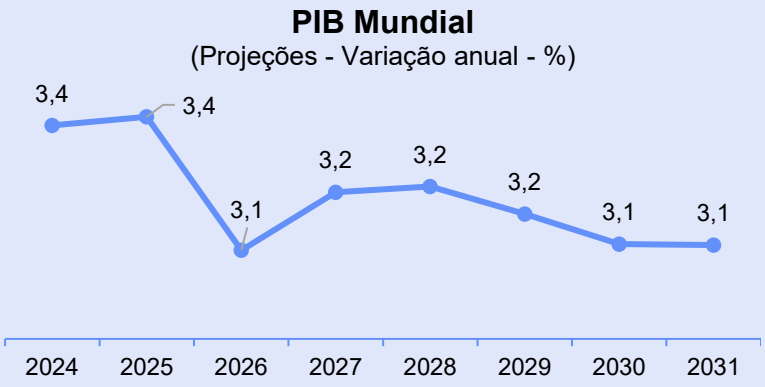
3 Projeções para Portugal

4 Implicações para as empresas

5 Mercado do Trabalho: Evolução e Desafios para as Empresas

1 Enquadramento Externo

Economia Mundial

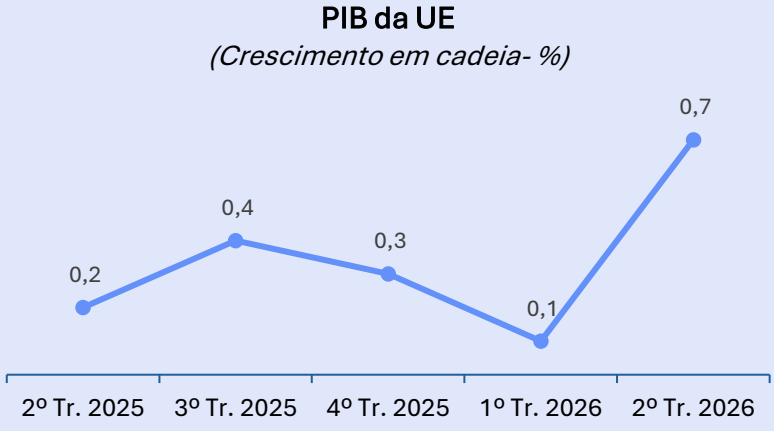


Fonte: FMI

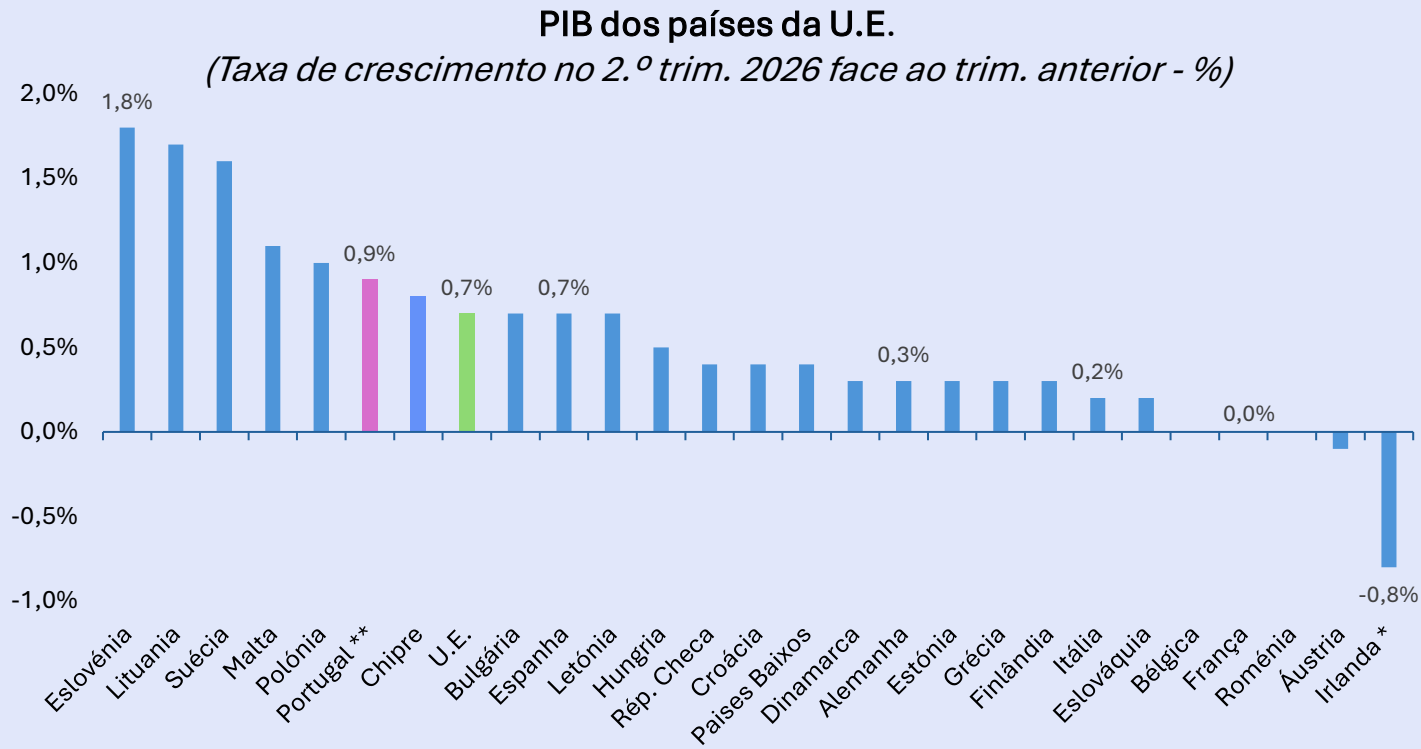
Em abril, o FMI reviu em baixa o crescimento do PIB mundial para 2026, para 3,1% (uma redução de 0,2 p.p. face ao *update* de janeiro de 2026), mantendo a perspetiva de crescimento para 2027, em 3,2%. A revisão em baixa refletiu as consequências económicas do conflito em curso no Médio Oriente.

Economia Europeia

A economia da União Europeia registou, no 2.º trimestre, um crescimento em cadeia mais expressivo, impulsionado sobretudo pela procura externa líquida.



Fonte: Eurostat



Fonte: Eurostat

Identificam-se diferenças substanciais entre os resultados registados pelos diversos Estados-membros, sendo de salientar o fraco desempenho das três maiores economias: Alemanha, França e Itália. Entre os principais parceiros comerciais de Portugal, destaca-se pela positiva o crescimento em cadeia de 0,7% da economia espanhola.

* No caso da Irlanda foi utilizado o indicador «Procura Interna Modificada» para evitar distorções estatísticas decorrentes de transações de multinacionais sem impacto na economia real.

** De acordo com a recente revisão do INE

Previsões do BCE para a Área do Euro (junho de 2026)

As perspetivas económicas para a área do euro mantem-se extremamente incertas, devido à guerra no Médio Oriente, ao encerramento do Estreito de Ormuz e à elevada volatilidade dos preços do petróleo.

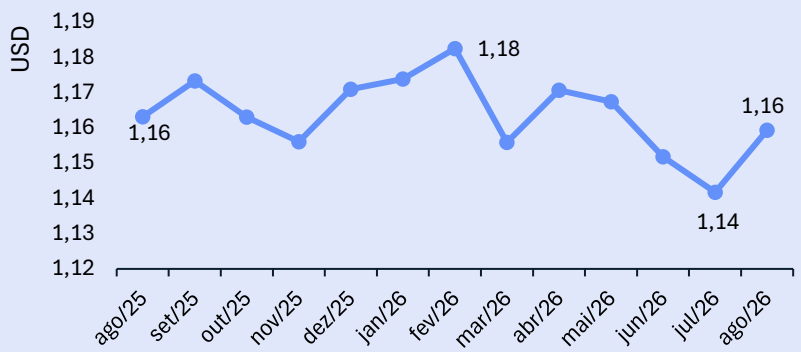
Alguns dos riscos identificados nas projeções de março de 2026 começaram a concretizar-se, verificando-se uma deterioração das perspetivas de curto prazo. Nas projeções de junho de 2026, o BCE prevê que o PIB cresça 0,8% em 2026, 1,2% em 2027 e 1,5% em 2028 (em vez de 0,9%, 1,3% e 1,4%, previstos em março), com a procura interna a continuar a sustentar a atividade. A inflação deverá subir de 2,6% para 3% em 2026, refletindo sobretudo o choque energético, antes de recuar para 2,3% em 2027 e para 2,0% em 2028.

O BCE sublinha, contudo, que o enquadramento permanece muito incerto, face à evolução futura do conflito no Médio Oriente e à situação no Estreito de Ormuz, com o consequente impacto nos preços dos produtos energéticos.

Câmbios e Cotações

Câmbio médio mensal do dólar dos EUA (USD)

(1 € = X unidades do Dolar dos EUA)



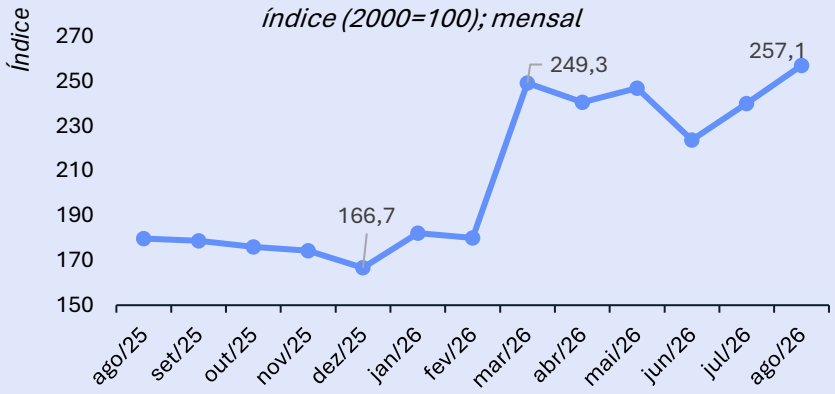
Fonte: Banco de Portugal

Em agosto de 2026 o câmbio do euro face ao dólar dos EUA atingiu o mesmo valor que em agosto de 2025, apesar de ao longo deste período o seu comportamento ter sido de alguma volatilidade.

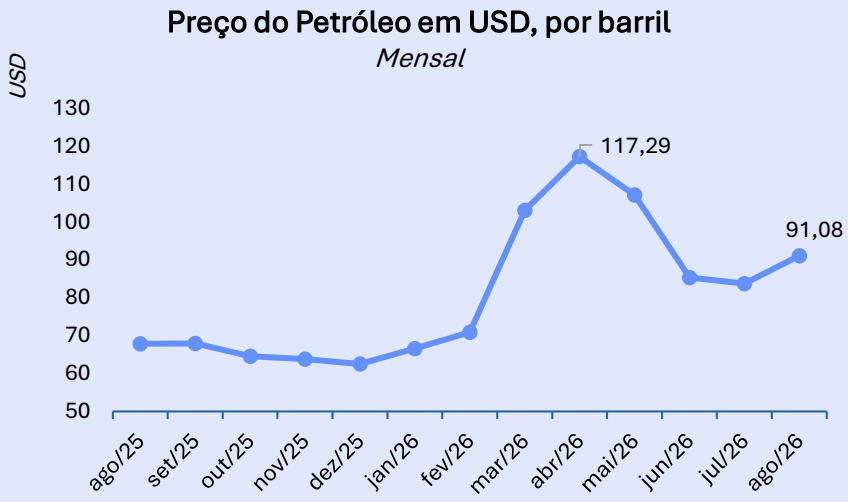
Após uma descida até dezembro de 2025, os preços das matérias-primas não energéticas inverteram esta tendência, tendo aumentado significativamente a partir de março de 2026, atingindo um valor máximo em agosto de 2026.

Preço das Matérias Primas não Energéticas

índice (2000=100); mensal



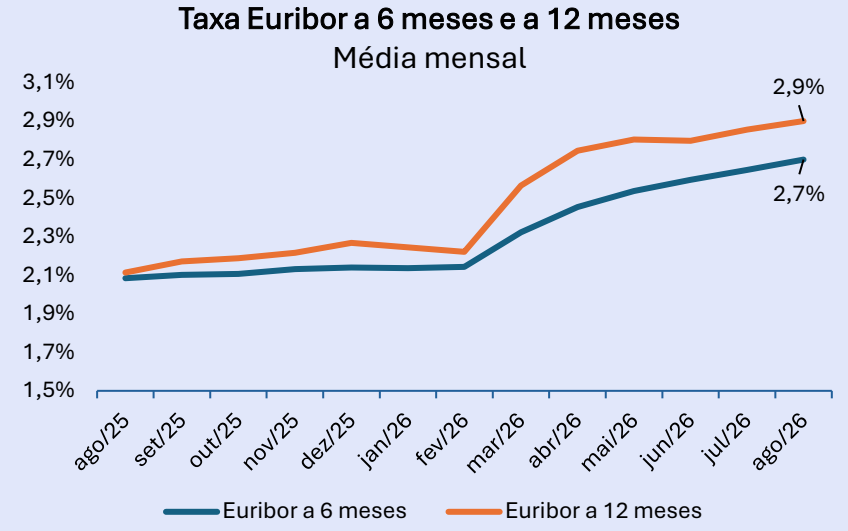
Fonte: Banco de Portugal



Fonte: Banco de Portugal

Após algum alívio nos preços do barril de petróleo, as expectativas de resolução do conflito no Médio Oriente foram goradas, conduzindo a novos aumentos, a partir de julho.

Taxas de juro



Fonte: Banco de Portugal

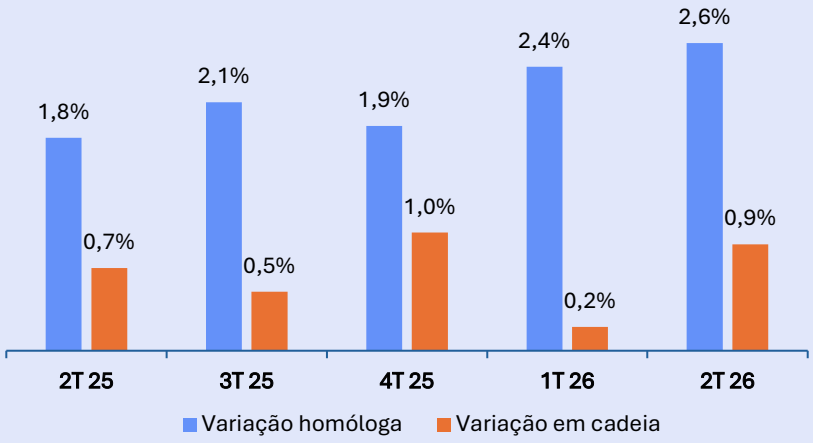
A partir de fevereiro de 2026 verificou-se um aumento das taxas Euribor, principalmente da taxa Euribor a 12 meses que, em agosto, atingiu o valor mais elevado dos últimos dois anos.

2 Conjuntura Interna

PIB e outros indicadores de atividade

Variação em volume do PIB

(Taxa de variação homóloga e em cadeia - %)



Fonte: INE

O PIB, em volume, registou uma forte aceleração em cadeia, passando de 0,2% no 1.º trimestre de 2026 para 0,9% no 2.º trimestre.

Comparando com o mesmo trimestre de 2025, o PIB registou um crescimento, em volume, de 2,6% após uma variação de 2,4% no trimestre anterior.

A aceleração do PIB deveu-se essencialmente ao crescimento das exportações (superior ao das importações) e à aceleração do consumo privado.

Pela negativa, salienta-se a retração do investimento.

Evolução do PIB na ótica da Despesa

(taxa de variação em cadeia - %)

	2T 25	3T 25	4T 25	1T 26	2T 26
PIB	0,7	0,6	0,9	0,1	0,8
Consumo privado	0,8	1,1	0,9	0,5	1,0
Consumo público	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3
FBCF	2,1	4,0	1,4	2,9	-1,9
Exportações	0,0	0,1	-0,5	1,9	2,5
Importações	0,6	1,9	-2,3	5,9	1,0

Fonte: INE (dados anteriores à revisão divulgada em 23 de setembro)

Valor Acrescentado Bruto em volume

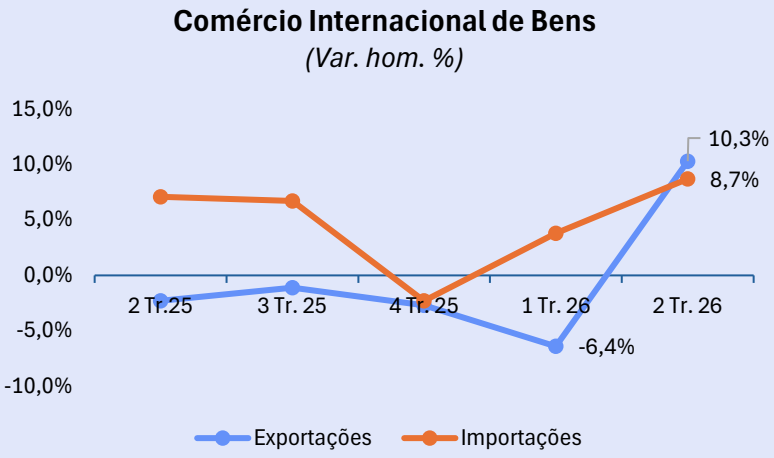
(taxa de variação em cadeia - %; ano referência 2021)

	2024 p	2025 p	2T. 25	3T. 25	4T. 25	1T. 26	2T. 26
Agricultura, silvicultura e pesca	4,8	-2,8	-1,4	-2,3	-3,2	2,0	-0,5
Indústria	1	0,8	0,3	2,6	0,4	-0,2	0,6
Energia, água e saneamento	11,5	3,5	-0,9	0,9	1,5	-0,3	-0,2
Construção	2,4	1,6	0,6	1,4	-0,4	0,4	0,3
Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	1,5	1,4	1,6	0,1	-0,3	0,3	1,2
Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação	4,6	3,3	0	2,6	-2,3	3,6	0,1
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	1,5	0,8	0,4	-0,2	0,5	0,0	0,3
Outras atividades de serviços	1,3	2,5	0,3	1,3	-0,1	1,6	0,5

Fonte: INE

No 2.º trimestre de 2026 destaca-se em particular o bom desempenho do comércio, alojamento e restauração, bem como a recuperação registada pela indústria, cujo Valor Acrescentado Bruto (VAB) regressou a uma taxa de crescimento em cadeia positiva (0,6%). Pela negativa, regista-se a contração de 0,5% no VAB do setor da agricultura, silvicultura e pesca.

Comércio Internacional de Bens



Fonte: INE

No 2.º trimestre de 2026 verificou-se uma forte recuperação das exportações de bens (a preços correntes), que aumentaram a um ritmo superior ao das importações, o que se traduziu numa melhoria do saldo comercial e num maior dinamismo do comércio internacional.

Principais contributos para a evolução das exportações de bens

Positivos

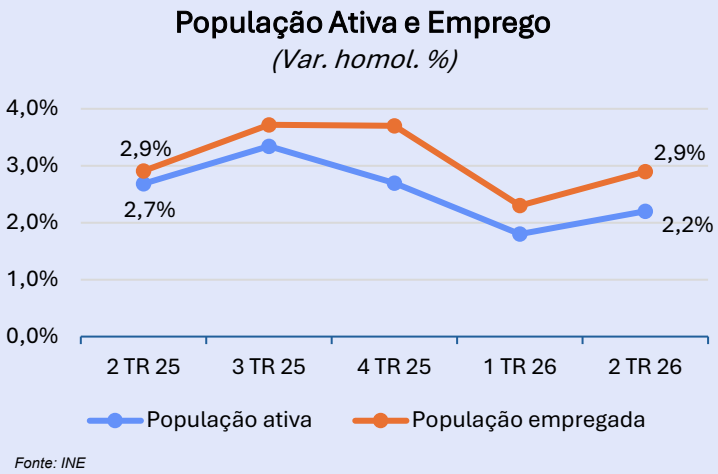
- Combustíveis minerais 2,8 p.p.
- Plásticos e suas obras 1,0 p.p.
- Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes 1,0 p.p.

Negativos

- Frutas -0,1 p.p.
- Fibras sintéticas -0,1 p.p.
- Produtos químicos orgânicos -0,1 p.p.

Ainda que uma parte significativa do aumento nominal das exportações de bens (mais de um quarto) se deva aos combustíveis, refletindo sobretudo o aumento de preços, a grande maioria das rubricas registou um desempenho positivo.

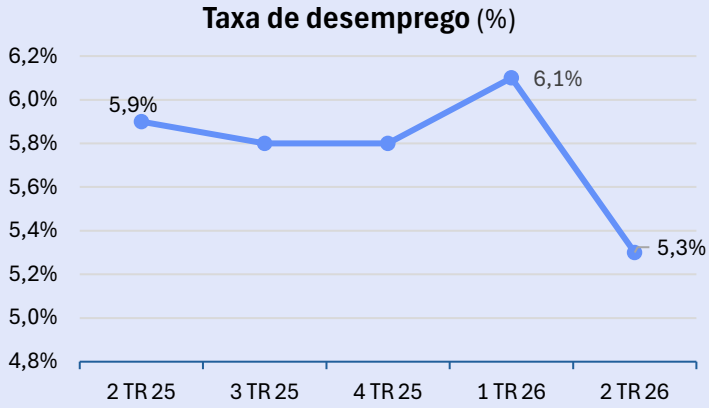
Mercado do Trabalho



Fonte: INE

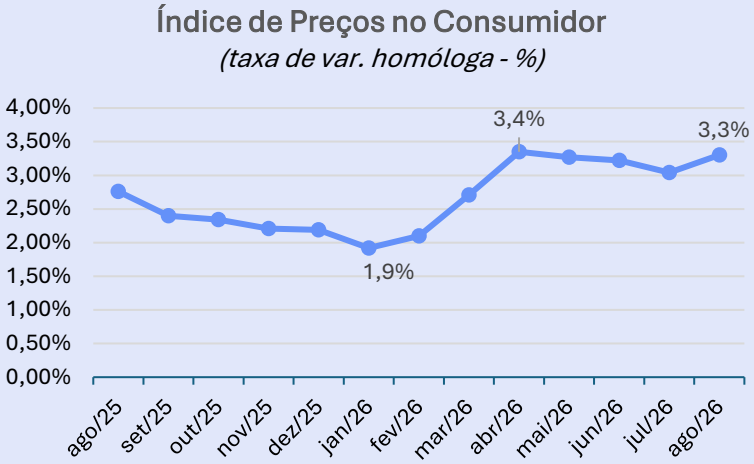
No 2.º trimestre de 2026 verificou-se uma evolução favorável do mercado do trabalho, com o emprego a crescer acima da população ativa.

A taxa de desemprego registou uma descida acentuada face ao trimestre anterior, assim como em relação ao trimestre homólogo.



Fonte: INE

Inflação



Fonte: INE

Depois do mínimo de 1,9% em janeiro de 2026, os preços registaram uma trajetória de aceleração, com a inflação a ultrapassar, desde abril, os 3%. A aceleração do IPC é explicada, quase na totalidade, pelo aumento do preço dos combustíveis, com uma repercussão ainda limitada nos preços dos restantes bens e serviços.

3 Projeções para Portugal

Projeções Anuais

	2025	2026						2027				
	CFP	FMI	OCDE	CE	BdP	CFP	MF	FMI	OCDE	CE	BdP	CFP
	abr/26	*jun/26*	*jun/26*	*mai/26*	*jun/26*	*abr/26*	*abr/26*	*jun/26*	*jun/26*	*mai/26*	*jun/26*	*abr/26*
PIB (Taxa de crescimento real, %)	1,9	1,7	1,8	1,7	1,8	1,6	2,0	1,6	1,7	1,8	1,6	1,8
Consumo Privado	3,5	1,8	1,9	1,9	1,9	2,1	1,9	2,1	1,9	2,3	1,7	2,2
Consumo Público	1,6	2,0	1,4	2,1	1,6	2,0	1,6	0,0	0,8	1,1	1,1	0,8
Formação Bruta de Capital Fixo	3,6	8,1	5,2	3,9	4,5	4,3	4,8	-2,5	1,7	1,6	1,1	1,1
Exportações de Bens e Serviços	0,4	1,0	0,8	0,6	2,0	1,0	1,5	3,8	2,4	2,2	2,6	2,7
Importações de Bens e Serviços	4,3	4,0	2,1	2,0	3,7	2,5	2,6	2,0	2,4	2,5	2,2	2,5
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)												
Procura Interna	3,7	3,2	2,2	2,3	--	2,4	2,5	0,8	1,7	1,9	--	1,8
Procura Externa Líquída	-1,8	-1,5	--	-0,6	--	-0,7	-0,6	0,8	--	-0,1	--	0,0
IHPC (t.v.)	2,2	3,4	3,2	3,0	3,1	2,9	2,5	2,3	2,5	2,3	2,4	2,3
Deflator do PIB	3,9	3,2	2,9	2,8	2,9	2,7	2,5	2,3	2,8	2,6	3,0	2,6
Emprego	2,3	1,7	--	1,1	1	1,4	1,2	1,3	--	0,9	0,5	0,7
Taxa de Desemprego (% da pop. ativa)	6,0	5,9	5,8	5,9	5,9	5,8	6,0	5,9	5,8	5,8	6,0	5,7
Saldo Orçamental do SPA (% do PIB)	0,7	0,0	0,0	-0,1	-0,2	0,1	--	0,0	-0,1	-0,4	-0,5	-0,4
Dívida Bruta do SPA	89,7	85,6	90,0	87,6	85,7	86,5	--	82,3	87,1	86,0	82,5	84,5
Balança Corrente (% do PIB)	2,5	--	-0,1	0,1	2,7	1,6	2,3	--	0,4	0,2	1,0	1,8

Fontes: Fundo Monetário Internacional (FMI): junho 2026, Relatório Artigo IV; OCDE: Economic Outlook de junho 2026; Comissão Europeia (CE): maio, Spring 2026 Economic Forecast); Banco de Portugal (BdP): Boletim Económico, 15/06/2026; Conselho de Finanças Públicas: Perspetivas económicas e orçamentais, 15/04/2026; Ministério das Finanças (MF): abril / relatório anual de progresso para a Comissão Europeia.

As principais organizações internacionais reviram em baixa as suas projeções para Portugal, na sequência do impacto do conflito no Médio Oriente, em linha com as projeções de junho do Banco de Portugal. No entanto, os resultados do 2.º trimestre permitem uma perspetiva mais otimista, uma vez que bastaria um crescimento nulo, em cadeia, no terceiro e quarto trimestres, para que o crescimento no cômputo de 2026 se situe em 2,1%. Se, na segunda metade do ano, as previsões trimestrais do Banco de Portugal se concretizarem (0,4% de crescimento em cadeia em cada trimestre), o crescimento anual em 2026 poderá atingir 2,4%.

4 Implicações para as empresas



Os resultados da economia portuguesa no 2.º trimestre refletiram a resiliência das empresas face à conjuntura internacional que enfrentam, em particular a das empresas exportadoras, cujo desempenho se mostrou mais positivo do que o que era antecipado.

No entanto, as perspetivas de progressiva recuperação da economia na segunda metade do ano foram ensombradas, em julho, pelo reacender das hostilidades no Médio Oriente e consequente regresso dos aumentos dos preços do petróleo e gás natural nos mercados internacionais.

Esta evolução fez recrudescer os custos energéticos das empresas, sobretudo nos setores mais intensivos em gás natural (nomeadamente, vidro, cerâmica, têxtil e agroalimentar) e está já a repercutir-se nos preços da eletricidade no mercado grossista, com um impacto direto na fatura das empresas que optaram por contratos com tarifas indexadas.

A pressão sobre os custos vem também dos preços das matérias-primas não energéticas que voltaram a aumentar acima do máximo atingido em março.
Neste contexto, a inflação, que estava a ceder desde maio, voltou a aumentar em agosto, mas quase exclusivamente devido ao efeito direto do aumento dos preços dos combustíveis, o que significa que as empresas estão a resistir a repercutir o aumento dos custos nos preços finais, esmagando as suas margens.

Esta situação não é sustentável por muito tempo, ameaçando a viabilidade das empresas que operam com margens já muito apertadas.

Frustradas as expectativas de resolução do conflito no Médio Oriente, as pressões inflacionistas tornaram inevitável o aperto monetário por parte do BCE. O aumento das taxas de juro diretoras — já concretizado em junho e setembro — foi amplamente antecipado pelos mercados, como o comprova a evolução das taxas Euribor.

O cenário subjacente a esta evolução aponta para três ou quatro novas subidas de 0,25 pontos percentuais ao longo dos próximos 12 meses, havendo previsões de que as taxas Euribor continuem em alta (no caso da Euribor a um ano, até perto de 4% em maio de 2027).

Para além de um desincentivo ao investimento, este aumento das taxas de juro implica um aumento dos custos de financiamento das empresas, contribuindo ainda mais para a contração das respetivas margens operacionais.

Acresce que a subida das taxas de juro se reflete no aumento das prestações dos créditos à habitação, arrefecendo o consumo privado e a procura de bens e serviços.

5 Mercado do Trabalho: evolução e desafios para as empresas

O mercado de trabalho português manteve, no 2.º trimestre de 2026, uma evolução particularmente favorável. A população empregada atingiu cerca de **5,4 milhões de pessoas**, o valor mais elevado de sempre, aumentando 1,9% face ao trimestre anterior e 2,9% em termos homólogos. Em sentido inverso, a população desempregada diminuiu para cerca de 301 mil pessoas, levando a taxa de desemprego para **5,3%**, menos 0,8 pontos percentuais (p.p.) do que no trimestre anterior e menos 0,6 p.p. em termos homólogos, atingindo um mínimo desde o início da atual série, em 2011.



Esta evolução confirma a resiliência do emprego num contexto económico marcado por elevada incerteza externa. A taxa de subutilização do trabalho diminuiu também para **9,1%**, o valor mais baixo desde 2011, evidenciando uma redução da disponibilidade de recursos humanos no mercado de trabalho. Para as empresas, este contexto favorável do ponto de vista do emprego traduz-se, contudo, num mercado de trabalho mais restrito, acentuando as dificuldades associadas à escassez de mão de obra, sobretudo nas atividades e profissões onde já existem maiores carências.

O teletrabalho manteve uma expressão relevante no mercado de trabalho, abrangendo, no 2.º trimestre de 2026, 21,3% da população empregada, o equivalente a 1,15 milhões de trabalhadores. Esta proporção aumentou 0,2 p.p. face ao trimestre anterior e 0,4 p.p. em termos homólogos, atingindo o valor mais elevado desde o 3.º trimestre de 2023. Esta evolução consolida o teletrabalho como forma de organização do trabalho, com implicações para as empresas ao nível da gestão de recursos humanos, da organização das equipas e da atração e retenção de trabalhadores.

A evolução do emprego revela também uma alteração gradual do seu **perfil de qualificações**. Entre os grupos que mais contribuíram para o crescimento homólogo da população empregada destacam-se os trabalhadores com **ensino superior**, cujo número aumentou em cerca de 99 mil pessoas, ou 5,3%. Este crescimento, superior ao registado pelo emprego total, traduz a crescente incorporação de trabalhadores mais qualificados na economia e constitui um fator potencialmente positivo para a produtividade, a inovação e a capacidade de adaptação das empresas às transformações tecnológica e digital. Ao mesmo tempo, reforça a importância de assegurar uma maior correspondência entre as qualificações disponíveis e as competências efetivamente procuradas pelas empresas.

Face ao 1.º trimestre, é de destacar o forte crescimento do emprego nos setores da

Face ao 1.º trimestre, é de destacar o forte crescimento do emprego nos setores da construção (5,8%) e da indústria transformadora (3,7%), bem como nas atividades de alojamento e restauração (3,8%). Pela negativa, o emprego reduziu-se em 2,0% no setor primário.

Também ao nível da natureza dos vínculos laborais se observa uma evolução relevante. O crescimento homólogo do emprego foi particularmente expressivo entre os **trabalhadores com contratos sem termo**, que aumentaram em cerca de 148 mil, ou 3,9%, acima do crescimento da população empregada total. Esta evolução aponta para um reforço do peso do emprego permanente e, consequentemente, para uma **redução do peso relativo dos contratos a termo no conjunto dos contratos de trabalho**, prolongando a tendência de maior estabilidade dos vínculos laborais.

Para as empresas, a combinação de níveis historicamente elevados de emprego, menor desemprego e aumento das qualificações representa simultaneamente uma oportunidade e um desafio. Uma força de trabalho mais qualificada e vínculos mais estáveis podem favorecer a acumulação de competências, a produtividade e o investimento na formação dos trabalhadores. Porém, num contexto de reduzida disponibilidade de mão de obra, as empresas enfrentam uma pressão crescente para atrair e reter talento e acomodar aumentos salariais, tornando ainda mais importante que a evolução dos custos do trabalho seja acompanhada por ganhos de produtividade.

Neste contexto, o reforço das qualificações, a formação e requalificação profissional, uma maior adequação das competências às necessidades do tecido empresarial e a criação de condições que favoreçam a participação no mercado de trabalho assumem particular relevância. A capacidade de aumentar a produtividade será determinante para que a atual robustez do emprego seja compatível, de forma sustentável, com a valorização dos salários e com a preservação da competitividade das empresas portuguesas.



PESSOAS 2030
PORTUGAL 2030
Cofinanciado pela União Europeia